



TERMO DE ADESÃO Nº. 03 /SPS

TERMO DE ADESÃO DA CASA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO CEARÁ – REGIÃO 1, QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, COM A PARTICIPAÇÃO DA SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, PARA EFETIVAÇÃO DE AÇÕES DE ATENDIMENTO, PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA GRAVES.

O **GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 07.954.480/0001-79, neste ato representado pela excelentíssima Senhora Governadora do Estado, **MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO**, com a participação da **SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS - SPS**, CNPJ/MF nº 08.675.169/0001-53, com sede em Fortaleza, Ceará, neste ato representada pela Secretária, **ONÉLIA MARIA MOREIRA LEITE DE SANTANA**, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - TJCE**, CNPJ/MF nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado pela Presidente Desembargadora **MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA**, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ - MPCE**, CNPJ/MF nº 06.928.790/0001-56, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça **MANUEL PINHEIRO FREITAS**, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ**, CNPJ/MF nº 02.014.521/0001-23, neste ato representada pela Defensora Pública-Geral **ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA**, a **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**, CNPJ/MF nº 09.499.757/0001-46, neste ato representado pelo Secretário **SANDRO LUCIANO CARON DE MORAES**, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA**, CNPJ/MF nº 07.954.605/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito **JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA**.

Considerando a Política da Criança e do Adolescente em suas diretrizes e definições conceituais;

Considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no artigo 87 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao estabelecer as linhas de ação da política de atendimento a crianças e adolescentes;

Considerando o disposto no art. 5º da Lei 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Considerando a Lei Estadual nº 17.607, de 06 de agosto de 2021, que dispõe sobre a Política da Assistência Social no Estado do Ceará;



[Handwritten signature]

Considerando a Lei 14.344, de 25 de maio de 2022, que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções e acordos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Considerando a necessidade de estabelecer parcerias com outros entes governamentais para a melhoria das condições de vida e do enfrentamento a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que a demora no processo e no julgamento dos crimes de violência grave cometidos contra crianças e adolescentes reduz o efeito dissuasório da sanção penal, que é um dos principais fatores para prevenir e coibir a violência e para garantir os direitos fundamentais desse público, além de comprometer o ânimo das vítimas e testemunhas para revelar as identidades dos autores e para prestar depoimentos sobre os fatos;

RESOLVEM:

firmar o presente **TERMO DE ADESÃO**, com observância às disposições constantes na Lei Federal nº 8.666/93, no que couber, e legislações correlatas, através do **Processo Administrativo nº 05874270/2022**, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **TERMO DE ADESÃO** visa à implementação e manutenção da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1, mediante a adesão das partes envolvidas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETOS ESPECÍFICOS

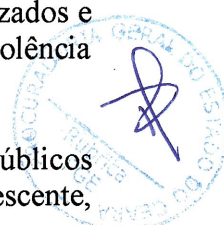
O presente **TERMO DE ADESÃO** tem como objetivos específicos:

- I. A implementação e manutenção da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1, garantindo o acesso aos serviços especializados da Rede de Atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências graves, no mesmo espaço físico, de forma integrada e humanizada;
- II. O fortalecimento e a efetiva implementação do art. 227 da Constituição Federal, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017 e da Lei 14.344, de 25 de maio de 2022, e
- III. O fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Estado do Ceará;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA IMPLEMENTAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO CEARÁ – REGIÃO 1

A Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1 consiste em um novo equipamento público de atuação em rede, que concentra no mesmo espaço físico os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência graves.

A Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1 oferecerá os seguintes serviços públicos estratégicos e imprescindíveis: Delegacia Especializada de Atendimento à Criança e Adolescente,



Perícia Forense Especializada, Vara Especializada de Violência contra a Criança e Adolescente, Promotoria Pública Especializada da Criança e Adolescente; Defensoria Pública Especializada da Criança e Adolescente, atendimento psicoterapêutico, apoio à defesa da vítima e preparação prévia ao julgamento, com acompanhamento durante e após o julgamento, depoimento especializado, revisão sistemática e rotineira dos casos, monitoramento dos casos via sistema especializado, capacitação profissional continuada, articulação com a rede do SGD, garantia do direito ao sigilo, dentre outros.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORTALECIMENTO E A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA

Os partícipes assim reciprocamente assumem o compromisso de atuar de maneira articulada e em parceria, propiciando as condições necessárias para o fortalecimento e a implementação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017 e da Lei 14.344, de 25 de maio de 2022, propondo e executando ações educativas, preventivas, com as seguintes atribuições, observada a esfera de atuação:

- I. Promover a formação e capacitação permanente dos agentes na temática da violência contra crianças e adolescentes, através de seminários, palestras, encontros, campanhas e cursos multidisciplinares;
- II. Estimular a mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes isonômicas, da prática de valores éticos no âmbito do sistema de justiça e segurança pública;
- III. Promover ações que visem dar celeridade aos julgamentos dos casos de violência contra crianças e adolescentes, em especial, crimes de violência sexual e homicídio;
- IV. Estabelecer rotinas de trabalho e proporcionar os recursos humanos, materiais e tecnológicos adequados para aumentar a eficiência no cumprimento das suas funções nos processos que decorram de violências graves cometidas contra crianças e adolescentes, visando manter a regularidade das atividades relacionadas com a tramitação dos feitos existentes e velar para que as ações penais que se originarem na Casa da Criança e do Adolescente do Ceará - Região 1, com autoria esclarecida, sejam processadas e julgadas com estrita observância dos prazos legais.;
- V. Intercambiar informações, documentos e apoio técnico institucional, necessários à fiel execução do objetivo do presente instrumento.
- VI. Unificar os registros de dados dos atendimentos e de processo para fins de estatísticas e divulgação de informações sobre as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e 13.431, de 04 de abril de 2017, em especial a identificação das crianças e adolescentes em situação de violência sexual e vítimas de homicídio; e
- VII. Monitorar as ações desenvolvidas, divulgando seus resultados periodicamente.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, tendo como linhas de ação:

- I. políticas sociais básicas;
- II. serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;
- III. serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV. serviços de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V. proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- VI. políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e



adolescentes;

VII. campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente interracial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ATRIBUIÇÕES

Competem aos participantes as seguintes atribuições:

I. AO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ:

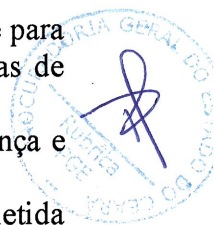
- a) Construir, equipar e manter a Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1;
- b) Coordenar a implementação e manutenção da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1 de forma compartilhada com os órgãos que atuarão no equipamento;
- c) Articular e monitorar os entes estaduais, municipais e o sistema de justiça para o cumprimento das ações a serem desempenhadas na Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1;
- d) Coordenar os trabalhos da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1, garantindo que os serviços prestados estejam de acordo com os objetivos do equipamento;
- e) Apoiar tecnicamente os entes estaduais e do sistema de justiça na manutenção da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1;
- f) Assegurar o cumprimento das ações e o alcance dos objetivos, de âmbito estadual, estabelecidos na Política da Criança e do Adolescente;
- g) Viabilizar a agregação e articulação da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1 por meio de ações e de um sistema de atendimento integrado;
- h) Realizar as suas atribuições, garantindo a capilaridade das ações governamentais nas diversas políticas públicas setoriais do estado, observando as dimensões da prevenção, assistência, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de violência, bem como o combate à impunidade dos agressores, conforme as atribuições.

II. À SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS:

- a) Elaborar e divulgar os protocolos de atendimento, normas técnicas e padronização de atendimento da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1;
- b) Fortalecer a Secretaria Executiva de Proteção Social para viabilizar a operacionalização e coordenação dos serviços da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1;
- c) Manter os recursos humanos, materiais e tecnológicos dos setores de sua competência e das áreas comuns da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1;
- d) Fortalecer a integração entre os serviços ofertados na Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1 com os demais serviços da rede de enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente;
- e) Disponibilizar informações e dados para o monitoramento das ações de âmbito estadual da Política da Criança e do Adolescente; e
- f) Realizar as suas atribuições, garantindo a capilaridade das ações governamentais nas diversas políticas públicas setoriais do estado, observando as dimensões da prevenção, assistência, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência, bem como o combate à impunidade dos agressores.

III. AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ:

- a) Contribuir para a implementação da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1 e para o atendimento integral às crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência;
- b) Disponibilizar e manter os recursos humanos, materiais e tecnológicos da Vara da Criança e Adolescente na Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1;
- c) Processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência grave cometida



contra crianças e adolescentes, priorizando os casos que tiverem origem na Casa da Criança e do Adolescente do Ceará - Região 1;

d) Assegurar o acesso às medidas de proteção de urgência, de assistência e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, contribuindo para a maior celeridade dos processos;

e) Contribuir para o fortalecimento e integração da rede de atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência;

f) Disponibilizar informações e dados para o monitoramento das ações de âmbito estadual da Política da Criança e do Adolescente; e

g) Realizar as suas atribuições, garantindo a capilaridade das ações governamentais nas diversas políticas públicas setoriais do estado, observando as dimensões da prevenção, assistência, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência, bem como o combate à impunidade dos agressores.

IV. AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ:

a) Contribuir para a implementação da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1 e para o atendimento integral às crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência;

b) Disponibilizar e manter os recursos humanos, materiais e tecnológicos da Promotoria Pública Especializada de Atendimento a crianças e adolescentes na Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1;

c) Promover a ação penal nos crimes de violência contra crianças e adolescentes, priorizando os casos que tiverem origem na Casa da Criança e do Adolescente do Ceará - Região 1;

d) Atuar na fiscalização dos serviços da Rede de Atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência;

e) Contribuir para o fortalecimento e integração da rede de atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência;

f) Disponibilizar informações e dados para o monitoramento das ações de âmbito estadual da Política da Criança e do Adolescente;

g) Realizar as suas atribuições, garantindo a capilaridade das ações governamentais nas diversas políticas públicas setoriais do estado, observando as dimensões da prevenção, assistência, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência, bem como o combate à impunidade dos agressores.

V. À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ:

a) Contribuir para a implementação da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1 e para o atendimento integral às crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência;

b) Disponibilizar e manter os recursos humanos, materiais e tecnológicos da Defensoria Pública Especializada de Atendimento a crianças e adolescentes na Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1;

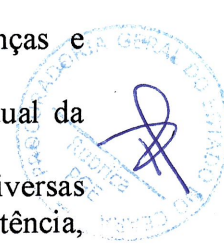
c) Orientar crianças e adolescentes, seus familiares ou responsável legal, sobre seus direitos, prestar assistência jurídica e acompanhar todas as etapas do processo judicial, de natureza cível ou criminal, priorizando os casos que tiverem origem na Casa da Criança e do Adolescente do Ceará - Região 1;

d) Garantir o acompanhamento das crianças e adolescentes atendidas pela Defensoria Pública no andamento do processo judicial, de natureza cível ou criminal;

e) Contribuir para o fortalecimento e integração da rede de atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência;

f) Disponibilizar informações e dados para o monitoramento das ações de âmbito estadual da Política da Criança e do Adolescente; e

g) Realizar as suas atribuições, garantindo a capilaridade das ações governamentais nas diversas políticas públicas setoriais do estado, observando as dimensões da prevenção, assistência,





proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência, bem como o combate à impunidade dos agressores.

VI. À SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ:

- a) Contribuir para a implementação da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1 e para o atendimento integral às crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência;
- b) Garantir a implementação, disponibilizando e mantendo os recursos humanos, materiais e tecnológicos, de uma Delegacia de Combate à Exploração da Criança e Adolescente – DECECA, uma unidade do Grupo de Apoio às Vítimas de Violência – GAVV e uma unidade da Perícia Forense do Estado do Ceará - PEFOCE especializada no atendimento de crianças e adolescentes, na Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1;
- c) Realizar ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência contra crianças e adolescentes;
- d) Disponibilizar informações e dados para o monitoramento das ações de âmbito estadual da Política da Criança e do Adolescente;
- e) Garantir a segurança da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1, 24hs, através da Polícia Militar do Ceará;
- f) Contribuir para o fortalecimento e integração da rede de atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência;
- g) Disponibilizar um efetivo de agentes de forças policiais a fim de garantir a segurança dos usuários, profissionais e colaboradores da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1; e
- h) Realizar as suas atribuições, garantindo a capilaridade das ações governamentais nas diversas políticas públicas setoriais do estado, observando as dimensões da prevenção, assistência, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência, bem como o combate à impunidade dos agressores.

VII. À PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

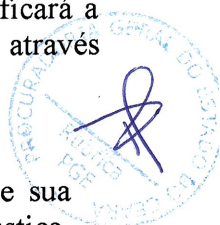
- a) Contribuir para a implementação da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1 e para o atendimento integral às crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência, especialmente, através da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social de Fortaleza - SDHDS e da Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI;
- b) Garantir a implementação, disponibilizando e mantendo os recursos humanos, materiais e tecnológicos, de sua competência dentro da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1;
- c) Contribuir para o fortalecimento e integração da rede de atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência;
- d) Disponibilizar informações e dados para o monitoramento das ações de âmbito estadual da Política da Criança e do Adolescente;
- e) Realizar as suas atribuições, garantindo a capilaridade das suas ações nas diversas políticas públicas setoriais do município, observando as dimensões da prevenção, assistência, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas de violência, bem como o combate à impunidade dos agressores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO

A administração e coordenação da Casa da Criança e Adolescente do Ceará – Região 1 ficará a cargo da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, através da Secretaria Executiva de Proteção Social e da Coordenadoria de Proteção Social Especial.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO

O presente **TERMO DE ADESÃO** terá vigência por prazo indeterminado, a contar de sua publicação, que será realizada de forma resumida pela Secretaria da Proteção Social, Justiça,





Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange a interpretação e/ou cumprimento do presente **TERMO DE ADESÃO**, os participantes concordam, preliminarmente, em tomar iniciativas para solucioná-las administrativamente e, em última instância, submeter eventuais conflitos à apreciação da Procuradoria Geral do Estado, por meio de conciliação ou arbitramento, na forma do art. 4º, Lei Complementar nº 58 de 31/03/2006.


CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

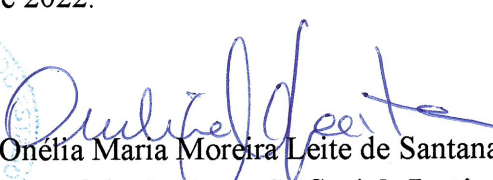
Os casos omissos do presente **TERMO DE ADESÃO** serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o foro da Comarca de Fortaleza como foro competente para dirimir todas as dúvidas e litígios oriundos do presente termo com exclusão de qualquer outro foro por mais privilegiado que se apresente.

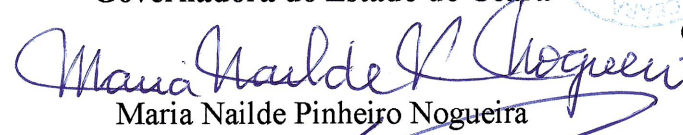
E por estarem de acordo, os partícipes assinam este **TERMO DE ADESÃO**, em 06 (seis) vias, de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

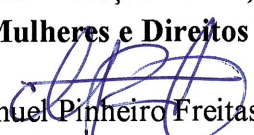
Fortaleza-CE, 29 de JUNHO

de 2022.


Maria Izolda Cella de Arruda Coelho
Governadora do Estado do Ceará


Onélia Maria Moreira Leite de Santana
Secretária da Proteção Social, Justiça,
Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos


Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

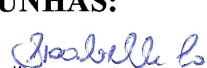

Manuel Pinheiro Freitas
Ministério Público do Estado do Ceará


Elizabeth das Chagas Souza
Defensoria Pública do Estado do Ceará


Sandro Luciano Caron de Moraes
Secretário da Segurança Pública e Defesa
Social


José Sarto Nogueira Moreira
Prefeitura Municipal de Fortaleza

TESTEMUNHAS:

1. 
Isabelle Lopes Costa Souza
CPF nº 616.576.983-78

2. 
Marisa Maria Damasceno Girão
CPF nº 607.353.123-03